

# A pesquisa etnográfica com homens na fronteira entre o cárcere e a rua.

Milton Júlio de Carvalho Filho<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo descreve o processo de pesquisa etnográfica sobre homens que viveram a experiência do encarceramento penal no Brasil. Parte da premissa de que o encarceramento deflagra valores, traumas, comportamentos e atitudes presentes na retomada da vida desses sujeitos quando das suas saídas das prisões, o que exigiu um processo de pesquisa que considerou como necessária uma convivência longa com esse "outro". Foi utilizado o referencial teórico de Michel Foucault e de Irving Goffman para analisar os aspectos do regime carcerário e as conseqüências desse passado de prisão na reconstrução identitária dos sujeitos ao saírem dela. Esse passado presente foi analisado a partir do diálogo com Michael Pollak para classificar as narrativas em critérios da memória individual e grupal, analisando suas ressignificações.

**PALAVRAS CHAVES:** etnografia, identidade, memória, método, pesquisa, prisões.

**ABSTRACT:** This ethnographic study describes the processes of recovering freedom by men who have lived the experience of criminal imprisonment in Brazil. It starts from the premise that imprisonment sets off values, traumas, behaviors and attitudes that are present when these subjects resume their lives after being released from prison. To find out whether or not and to which extent imprisonment has been fixed on these subjects demanded a process of work, whose basic premise was a long life experience with this "other." The basis was the narratives of men, former prisoners who were interviewed and followed. Michel Foucault and Irving Goffman's theoretical references were used to analyze the aspects of the imprisonment regime present in the ones that were subject to imprisonment and to analyze the consequences of this past of prison in the reconstruction of the identity of these subjects when they leave it. This past that is present in their lives was analyzed, classified according to criteria of individual and group memory, analyzing their resignifications based on Michael Pollak.

**KEYWORDS:** ethnography, identity, memory, method, prisons, search.

## INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse artigo é apresentar o processo metodológico de uma pesquisa etnográfica, intitulada "Do Cárcere à Rua", sobre possibilidades emancipatórias dos homens que saíram das prisões, após cumprimento da pena judicial. O processo de pesquisa foi realizado entre 2002 e 2006, inicialmente em São Paulo, a capital brasileira com maior quantidade de homens presos. Em São Paulo a pesquisa foi desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para obtenção de título de doutor em antropologia. Posteriormente, entre 2006 e 2010 a investigação foi ampliada, na Universidade Federal da Bahia, para avaliar a mesma realidade em Salvador, Bahia, a terceira capital do país e a maior do Nordeste, visando comparar com os resultados obtidos no Sudeste.

Especificamente, esse o artigo objetiva discutir o trabalho de campo na pesquisa antropológica, os desafios do pesquisador frente às singularidades de uma pesquisa na área de antropologia urbana com sujeitos presos ou oriundos do sistema prisional brasileiro. Visa agregar reflexões sobre o processo metodológico da pesquisa antropológica para novos e atuantes pesquisadores da violência urbana, da criminalidade e das prisões e seus sujeitos, quanto às especificidades desse tipo de processo de pesquisa. Justifica a intenção desse artigo a necessidade de maior diálogo entre pesquisadores sobre os seus processos de pesquisa, além da necessidade de registrar e divulgar a memória desses processos, útil as novas iniciativas de pesquisa na área de antropologia e mais especificamente aqueles que tratam ou pretendem tratar de sujeitos presos ou egressos do sistema penitenciário brasileiro.

O recorte da pesquisa em termos de grupo de informantes foi o seguinte: homens<sup>2</sup>, acima dos dezoito anos de idade, julgados criminalmente no Estado de São Paulo ou no Estado da Bahia por práticas entendidas como delituosas à luz do direito penal, em qualquer tipologia criminal, e em gozo de liberdade no momento da realização da pesquisa, dado o cumprimento parcial ou total das penas a que foram submetidos, encarcerados em penitenciárias. Excluíram-se deste estudo: presos em delegacias, presos em regime semi-aberto, homens acusados, mas ainda não sentenciados, menores de idade e mulheres em quaisquer das situações anteriormente mencionadas. Foram entrevistados setenta e dois ex-presos, sendo 24 deles acompanhados regularmente durante todo o período da pesquisa. Visando a um acompanhamento mais criterioso, foram consultados seus processos criminais nas respectivas Varas de Execução Penal, com o intuito de ter acesso aos laudos de saída emitidos por psicólogos e por assistentes sociais das instituições prisionais.

## INFORMAÇÕES PRELIMINARES PARA O PROCESSO DE PESQUISA

Atualmente, há uma difusão de informações quanto às precárias condições do sistema penitenciário no Brasil. Os meios de comunicação de massa regularmente informam sobre as rebeliões e as condições de vida no sistema penitenciário. Com menor divulgação, mas com maior sofisticação interpretativa, as produções científicas sobre a prisão também têm contribuído para uma melhor reflexão sobre o sistema prisional. Outro viés de informação sobre prisão explodiu nos anos noventa: a surpreendente produção editorial de livros autobiográficos, que relatam as experiências de homens que estiveram presos. Ainda são fontes de informação sobre a prisão e seus sujeitos, os livros escritos por ex-diretores de penitenciárias, ou por ex-voluntários que atuaram no sistema e a produção cinematográfica brasileira sobre o cárcere: documentários como “Carandiru.doc” e “Prisioneiros da Grade de Ferro”, ou o longa-metragem “Carandiru”.

Através desses meios, o Brasil tem conhecido mais sobre as suas próprias prisões. Ainda assim, sabe-se de uma parte substancialmente pequena da realidade do sistema penitenciário. Considerando-se que os problemas das prisões brasileiras são relativamente conhecidos da sociedade, resta então perguntar: o que falta saber?

É preciso saber em que condições os sujeitos que viveram a privação da liberdade penal, voltam às ruas e ao convívio social, agora como “produtos” desse sistema prisional complexo e ineficiente. O que esperar desses homens que saem das prisões brasileiras todos os dias?

## A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

Foi definida a problemática de pesquisa partindo da seguinte indagação: quando o ex-presos deixará de ser ex-presos? Essa questão nasceu a partir das considerações de FOUCAULT (1989) segundo as quais o fracasso do sistema penitenciário na redução da criminalidade foi substituído pelo sucesso da produção da delinquência e da idéia de identidade como metamorfose desenvolvida por CIAMPA (1996). Para FOUCAULT (1989 e 1990), a margem pela qual a prisão excede a detenção é preenchida, de fato, por técnicas do tipo disciplinar.

“Mas isso implica em que o aparelho penitenciário, com todo o programa tecnológico de que é acompanhado, efetue na curiosa substituição: das mãos da justiça ele recebe um condenado; mas aquilo sobre que ele deve ser aplicado, não é a infração, é claro, nem mesmo exatamente o infrator, mas o objeto um pouco diferente, e definido por variáveis que pelo menos no início não foram levadas em conta na sentença, pois só eram pertinentes para uma tecnologia corretiva. Esse outro personagem que o aparelho penitenciário

coloca no lugar do infrator condenado é o delinqüente". (FOUCAULT, 1989, p.223)

A assimilação pelos encarcerados de diversos aspectos do universo simbólico e cultural do regime penitenciário foi inicialmente pressuposta e posteriormente constatada, também, a partir da consideração de que as técnicas disciplinares do isolamento, da vigilância e do controle, além do código de convivência entre os presos, molda essa realidade prisional nos sujeitos. Essa plasticidade na assimilação dos códigos prisionais pelos presos e, conseqüentemente, pelos ex-presos não pode ser explicada apenas pela maleabilidade natural dos sujeitos, mas também em razão de um saber estruturado e incorporado no sujeito pelo poder disciplinar. Temos que considerar que a permanência desses sujeitos na prisão depende fundamentalmente do grau de tolerância e do pertencimento àquela sociedade. Portanto, a liberdade prisional não se resume a abertura dos portões das prisões a partir da expedição de alvarás de solturas pela justiça, é uma questão de maior complexidade.

## A CONSTRUÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

A pesquisa em foco partiu do pressuposto da complexidade do desencarceramento, como um processo que estabelece nos sujeitos ex-presos comportamentos que oscilam entre conviver com as marcas deixadas pela experiência prisional ou procurar superá-las. Essa oscilação, por sua vez, cria uma fronteira entre o que se foi e o que se pretende ser e acarreta várias possibilidades que podem se concretizar, a depender da força exercida no sujeito por um lado ou por outro dessa fronteira. O desencarceramento foi entendido como um processo, desenvolvido em etapas não propriamente previsíveis, mas dependentes das ressignificações, dos vínculos e das condições objetivas de vida que os sujeitos mantêm após o cárcere, capazes de auxiliá-los ou na superação, ou no reforço, ou na fixação da experiência carcerária.

A hipótese principal validada pela pesquisa é que a vivência da oscilação entre o passado e o presente, mediado pela experiência prisional, constituiu o episódio mais drástico por que passavam os sujeitos na saída da prisão. Outra hipótese testada e positivada é que há possibilidades de emancipação após a superação das seqüelas do cárcere, a partir da ressignificação da experiência vivida. Importante salientar que tais hipóteses emergiram não apenas dos referenciais teóricos, mas também da comunicação do pesquisador, por carta, com vários presos, alguns em fase de saída do encarceramento, ocasião em que expunham seus planos e seus projetos.

As cartas usadas como recurso metodológico inicial, permitiram perceber

que esses homens projetavam futuros fora da vida no crime, mas expunham seus receios, manifestavam certa descrença em ações que os levassem à emancipação da condição de criminoso, prevendo o estigma sobre a sua futura condição de ex-presidiário. Os planos e os projetos emancipatórios são dependentes diretos da capacidade de reconstruírem vínculos e de se readaptarem ao meio social externo à prisão.

O desencarceramento, como processo que estabelece uma zona de fronteira entre o cárcere e o mundo externo à prisão, pode também culminar em possibilidades emancipatórias. Portanto, é um processo de reconstrução identitária que surge da dialética entre o indivíduo e a sociedade um processo contínuo de interiorização e exteriorização que caracteriza o indivíduo com o seu entorno (SALEM, 1981, p. 54); uma construção, "tanto um fenômeno objetivo, como subjetivo,(...), um processo psicológico e social" (MUNNÉ, 1998, p. 91). Na zona de fronteira, entre a saída da prisão e a total adaptação ao meio social externo, o ex-presidiário vive um processo de negociação identitária "(...) um processo comunicativo complexo, irredutível a uma "rotulagem" autoritária das identidades predefinidas com base nas trajetórias individuais. Implica em fazer da qualidade das relações com o outro, um critério e um elemento importante da dinâmica das identidades." (DUBAR, 2005, p. 141) Eram esses sujeitos, vivendo um processo de identitário em franca metamorfose, na fronteira entre o cárcere e a rua que interessava acessar.

## PESQUISAR SUJEITOS NA FRONTEIRA

O primeiro exercício do pesquisador nesse tipo de pesquisa é conseguir obter os relatos sem estigmatizar os sujeitos por sua condição de ex-presidiário. Entretanto, é preciso partir dessa condição para compreender suas vidas após o cárcere. Outro exercício é o de buscar compreender o que, no sujeito, é consequência do encarceramento. Nesse sentido, é de grande valia a compreensão do cárcere e das análises sobre a memória individual a partir de um norte teórico e metodológico, nesse caso respectivamente FOUCAULT (1989) e POLLAK (1992). O conhecimento anterior, exploratório, do pesquisador com a questão pesquisada é valioso, e muitas vezes obtido pela leitura prévia de relatos de experiência carcerária, obtidos a partir de livros autobiográficos de homens que viveram tal experiência. Nessa pesquisa, caso o pesquisador não conhecesse profundamente os aspectos que perpassam o universo carcerário, dificilmente o reconheceria tão prontamente nos sujeitos. Ainda assim, inicialmente, há um certo temor do campo. Mas que campo é temido? Não necessariamente é temido o encontro com homens temidos pelo senso comum. Os temores podem advir da constatação de que as relações sociais próprias do exercício do viver se dão no espaço determinado pela cultura, local simbólico onde nasce e se estabelece a diversidade humana. Dessa forma, a relação

com o outro se estabelece com e na diversidade, o que faz assumir, em muitos aspectos, um sentido ameaçador pelo que pode representar. A citação seguinte ressalta a questão relativa a tensão moral no encontro entre pesquisador e o “outro” da pesquisa:

“Reconhecer a tensão moral e a ambigüidade ética implícitas no encontro antropológico/informante, e ainda assim ser capaz de dissipá-la através das próprias ações e atitudes, é o que tal encontro exige de ambas as partes para ser autêntico e efetivamente ocorrer.” (GEERTZ, 2001, p.43)

A concordância com GEERTZ (2001) também se dá quando o autor diz que é mesmo a antropologia uma atividade acadêmica inquietante e inquietadora. A inquietação, própria da atividade antropológica, é coerente com o entendimento de que o comportamento de um grupo na sociedade, ou de sujeitos dentro de um grupo, são apreendidos e dependentes da ótica de quem os observa, portanto não é contínuo e freqüente, como quer a estatística, porque incorpora a subjetividade. A tensão na pesquisa antropológica, entretanto, também impõe um dilema, vivido no campo de pesquisa pelo pesquisador. O que se busca? A busca de leis? A busca de macro teorias a partir do observado? Ainda que este seja um debate dentro da antropologia ou fora dela, serve de ponto de partida a aceitar a conclusão de GEERTZ (2001) de que a finalidade da pesquisa antropológica é alongar a comunicação e diante de tal princípio o que se viu ou sentiu no campo de pesquisa torna-se fundamental.

## ENGAJAMENTO *VERSUS* IMPLICAÇÃO

Outro aspecto da pesquisa antropológica se impõe nos estudos com grupos de presos ou de ex-presidiários: a diferença entre engajamento e implicação com a causa pesquisada. Em certo momento, durante um churrasco em um conjunto habitacional, do qual participavam tanto os ex-traficantes da área, ex-encarcerados, como também os novos e jovens traficantes, até então nunca presos, o pesquisador se deu conta de um grande cansaço proveniente do exercício de se manter ali como pesquisador, sem, contudo, se transformar num estranho. A fragilidade dos limites relacionais pode ser pontuada, inclusive, pelos sujeitos implicados na causa pesquisada, o que ilustra o exemplo a seguir: após conhecer as bocas de venda de drogas, as armas usadas, o pessoal envolvido direta e indiretamente com o tráfico, o pesquisador se deixou fotografar no grupo, o que gerou em um dos entrevistados certa estranheza diante do procedimento, denominado por ele de “um mergulho de cabeça”, numa alusão aos riscos e as conseqüências. Essa pontuação serve como indicativo para mostrar que pesquisador e pesquisado estão na difícil tarefa de

medir os limites em que transitam durante o processo de pesquisa etnográfica, o que os diferencia entre engajados e implicados na questão.

Na pesquisa etnográfica, a aproximação dos sujeitos pesquisados é uma tarefa complexa e ao mesmo tempo instigante. A dificuldade reside menos no acesso aos sujeitos do que na permissão dada ao pesquisador para o alcance sobre a totalidade da sua realidade. O tempo de campo torna-se então um aspecto fundamental para se observar o ciclo e os costumes do grupo, tendo em vista uma construção de experiência única, capaz de ser comunicada a outros.

É preciso, também, demarcar o espaço da pesquisa, quando se tem acesso a determinadas informações, algumas que fogem diretamente ao escopo do trabalho, mas que são acessadas a partir das relações mantidas no campo e que podem implicar em risco para o informante e para o informado, esse último o pesquisador. Durante a pesquisa *Do Cárcere a Rua* há um evento ilustrativo dessa questão: o pesquisador em entrevista a um ex-encarcerado já atuante no mercado de trabalho formal e sem prática no crime desde a sua saída, na casa da sua sogra, observa que essa terminava a costura de coletes semelhantes aos usados por seguranças privados, enquanto três homens aguardavam para levá-los e escolhiam o timbre institucional a ser impresso, possivelmente para um assalto. Fatos como esses permitem inferências, como no caso, de que alguns ex-encarcerados mantêm vínculos muito próximos com o crime, mesmo quando não mais o praticam. Entretanto, são acessos só possíveis com o tempo de campo e com a aproximação confiável, com os sujeitos pesquisados.

GEERTZ (2001) discute a função do engajamento do pesquisador e defende que o mesmo pode garantir a legitimidade moral dos dados obtidos e impor certa respeitabilidade à pesquisa. A aproximação com os sujeitos entrevistados rompe a tensão inicial existente entre estranhos, da mesma forma que se dá entre os desconhecidos: fotógrafo e fotografado. Essa metáfora da fotografia pode ser encontrada no trabalho do Pierre Verger ao fotografar o terreiro da Casa Branca, em Salvador, na Bahia, não como um estranho, mas como um integrante do terreiro. A partir do momento que já era considerado da casa, o *clic* da sua máquina já não promovia poses, mas captava uma parte do que se considerava real. Para muitos, ele sequer estava fotografando. Esse tipo de vínculo deve ser perseguido como ideal metodológico da pesquisa com presos e ex-presos.

Os vínculos entre pesquisador e pesquisados também se fortalecem pela demonstração prévia e sumária para o pesquisado do significado da pesquisa para o pesquisador, do ponto de vista político e ideológico, o que promove uma percepção de engajamento político com a causa, diferente de uma mera curiosidade. Na pesquisa *Do Cárcere a Rua* o esclarecimento do engajamento político e ideológico do pesquisador com a questão pesquisada, a emancipação de homens que viveram a experiência carcerária, permitiu o estabelecimento de um nível de confiança com

os sujeitos capaz de ampliar qualitativa e quantitativamente a rede de contatos para a pesquisa: ex-presos atuantes em crimes de alta monta, ex-presos do PCC<sup>3</sup>, ainda atuantes no crime por conta da filiação ao partido, os ex-presos condenados por estupro e outras tipologias criminais.

Outro aspecto importante para pesquisas dessa natureza diz respeito a existência de uma pessoa auxiliar para inserir e referenciar o pesquisador no campo. Nessa pesquisa o elo entre os sujeitos e o pesquisador estabeleceu-se com a presença do Carlos, 48 anos, recém-saído da prisão, onde passou doze anos em regime fechado, com grande experiência no sistema prisional. Esse auxiliar de pesquisa deve ter como função primordial a primeira interlocução sobre os relatos obtidos. Essa interlocução é substancial para a interpretação posterior das informações, além do diário de campo. O interlocutor assistente, implicado na questão, auxiliava nas dúvidas quanto as aparentes contradições dos relatos, ou mesmo para melhor caracterizar as condições de vida nas prisões, mencionadas pelos entrevistados, durante o trabalho de campo.

## O CAMPO DA PESQUISA

Mas o que significa mesmo ir a campo? De imediato, talvez se pense no conceito físico de campo, portanto ir a algum lugar físico, concreto. Todavia, o entendimento de campo excede o conceito físico, é bem maior que ele. Ir a campo na pesquisa etnográfica significa estruturar uma relação eficiente com o desconhecido a ponto de perceber suas ambigüidades. Entretanto não reside apenas aí a singularidade do campo etnográfico, mas também o envolvimento do pesquisador com a temática pesquisada, condição básica para que se estabeleça uma relação entre pesquisador e pesquisado, como já foi mencionado. É essa relação, embasada no compromisso ético e político, que faz o pesquisador ir além da narração de uma história, levando-o a estruturar um quadro referencial que permita conclusões e conhecimento geral sobre o tema pesquisado. Dá relevância ao relacional, importa para esclarecer como o pesquisador posicionou-se em frente ao contexto e diante do processo de produção da pesquisa para que se possa entender como as pessoas pesquisadas foram olhadas, já que pesquisador e pesquisado fazem parte do mesmo mundo social. Para isso é utilizada a técnica do diário de campo.

Com o tema da pesquisa, o referencial teórico e metodológico pré-determinados, resta ao pesquisador dirigir seus esforços no estabelecimento da rede de contatos para acessar grupos não facilmente encontrados em determinados espaços da cidade ou identificados a partir de um comportamento único. Uma das saídas pode ser o estabelecimento de algum nível, controlável, de implicação indireta com a causa. Na pesquisa Do Cárcere a Rua o pesquisador intensificou sua rede

de contatos quando ingressou como voluntário na Pastoral Carcerária de São Paulo, colocando-se a disposição da instituição para estruturar ali um serviço de atendimento a ex-presos do sistema penitenciário, até então inexistente na Pastoral paulista. “Alguém me disse que aí tem um rapaz que atende quem sai da prisão. É que vou sair e preciso arrumar um trabalho. Como eu posso falar com ele?” Escreve um preso para a Pastoral Carcerária. Soubera do atendimento a ex-presos da Pastoral Carcerária através de outro que já tinha sido atendido na Pastoral. A informação chega muito rápido à prisão. Nos atendimentos as solicitações eram diversas, mas a necessidade de escuta atenta era a maior delas.

## A ESCUTA DE SUJEITOS ACOSTUMADOS AO SILÊNCIO

Importa ao pesquisador refletir sobre que tipo de escuta o entrevistado requer: nesse caso, a escuta selvagem, sem apuro técnico ou psicológico, dissociada da escuta da clínica psicológica. De modo geral, os ex-presos têm aversão a psicólogos, justificando que foram por eles avaliados nos laudos psicológicos prisionais e muitas vezes tiveram benefícios negados em função de avaliações negativas desses laudos, criticados quanto ao conteúdo e à forma como se aplicam.

O tipo de escuta requerida pelos sujeitos repercute a experiência vivida, em muitos casos. Para os ex-presos é relevante ser escutado de forma não explicitamente avaliativa após um aprisionamento que teve como uma das suas características a negação da fala dos sujeitos, causada pela desconfiança, pela incredibilidade e pela subjugação. Nesses casos as narrativas devem ser livres, quase monólogos, sem interrupções do fluxo da fala por parte do pesquisador, deixando as suas dúvidas para serem sanadas no final. Esse também é o entendimento de THOMPSON (1992) para quem se você interrompe uma história, estará interrompendo não apenas essa, mas toda uma série de ofertas posteriores de informações.

Um aspecto relevante na pesquisa é como o sujeito pesquisado avalia o processo de pesquisa. O sujeito se coloca no processo a medida da sua compreensão deste e essa compreensão é variável dependente do capital intelectual dos sujeitos. Entre os ex-presos a síntese compreensiva mais recorrente era de que eles participavam da escrita de um livro. Esse entendimento causa e é causado, também, pelo desejo de muitos de contarem suas histórias de vida de forma literária, quando têm a chance de ressignificar a própria vida, atribuindo a ela valor, interesse e singularidade. Os mais jovens, ligados à falsa idéia de que podiam ter uma possibilidade emancipatória, tangenciada pelo reconhecimento da sua experiência na prisão – o herói bandido, se iludiam com a possibilidade de que a pesquisa fosse divulgada na televisão ou em jornais, demonstrando assim certa necessidade de visibilidade, de espetacularização das suas experiências na prisão. Entretanto,

a notoriedade a partir da experiência do cárcere não é comum a todos.

O desejo por notoriedade e por reconhecimento social por parte dos sujeitos estudados cria um problema metodológico: a produção de um discurso, em que o autor assume a posição de herói, perigoso, viril ou de vítima. Em consequência, as narrativas podem se tornar inverossímeis, o que o pesquisador pode identificar pela falta de encadeamento lógico dos eventos narrados ou trabalhando com mais de uma fonte de informação. O Robson conta: “fui preso porque matava dê os dezesseis anos. Matei um, aliás matei quatro, agora me recuperei e vou te contar como” Nos seus processos na justiça não há nenhuma menção a homicídios e sim a roubos praticados em saidinhas de banco, uma modalidade considerada banal entre os presos. Aos poucos, a depender do estreitamento qualitativo da relação pesquisador e pesquisado, essas narrativas tendem a ser corrigidas naturalmente. Após algum tempo de convívio Robson diz: “graças a Deus nunca sujei as minhas mãos de sangue” referindo-se ao fato de não ter matado ninguém em sua vida. Ao perceber que as narrativas se tornam irregulares, cabe ao pesquisador retomar, reestruturar as narrativas a partir da contradição verificada, como se de fato o desentendimento fosse seu. Os estudos da memória indicam que:

“O que mais nos deve interessar, numa entrevista são as partes mais sólidas e as menos sólidas. Eu diria que no mais sólido e no menos sólido se encontra o que é mais fácil de identificar como sendo verdadeiro, bem como aquilo que levanta problema de interpretação.” (POLLAK, 1992, p.9)

Os documentos obtidos no campo são também elementos de reforço das entrevistas. O acesso a eles também é função da relação mantida entre pesquisado e pesquisador. Alguns ex-presos mantêm diários de prisão, cartas, fotos e outros documentos, do tempo de encarceramento. As famílias tinham o ímpeto de destruir esses documentos. Por conta disso, vários ex-presos cederam os seus acervos de vida prisional ao pesquisador, por considerarem que estariam guardados e principalmente valorizados, longe da possibilidade de destruição por parte das suas famílias. Essas doações de acervos da vida prisional eram obtidas pelo pesquisador quando das muitas visitas as famílias.

## O CONTEXTO E OS VÍNCULOS DOS SUJEITOS DE PESQUISA

As visitas às casas e a observação dos sujeitos no seu núcleo familiar é outro momento rico deste tipo de trabalho de pesquisa e favorece inúmeros apontamentos nos diários de campo. Esses apontamentos podem dizer respeito, também, a necessidade de rever conceitos, como por exemplo o de desestruturação

ou disfunção familiar. Nos momentos em que a relação se estabelece com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, a capacidade de observação é fundamental. Nas casas dos ex-presos e entre as suas famílias o pesquisador pode constatar a força das mulheres, mães ou companheiras, no sutil controle do comportamento dos sujeitos saídos da prisão. Esse controle foi observado desde os primeiros contatos telefônicos quando os ex-presos nunca atendiam o telefone e nunca falavam sem antes a ligação passar pelo crivo da esposa, da sogra ou da mãe.

O pesquisador deve ficar atento aos grupos que controlam ou contém as narrativas dos entrevistados e como o fazem, principalmente nas entrevistas em núcleos familiares. Na pesquisa com ex-presos durante as visitas, as mulheres, como grupo de controle da narrativa, assumiam no primeiro momento uma posição de coadjuvantes, serviam caladas, atentas à conversa, mas disciplinadas no silêncio, não davam opiniões sem que fossem solicitadas pelo marido, entretanto não saiam do ambiente. Quando a pergunta era dirigida a elas, muitas vezes respondiam com “eu não sei não, senhor, pergunte a ele.” Isso era recorrente entre as esposas e pouco entre as mães ou tias que participavam mais efetivamente das conversas e até contradiziam os sujeitos em alguns aspectos, principalmente os mais jovens. As esposas, assim como os demais familiares, passavam a participar mais quando a conversa chegava ao cárcere, à prisão. Nesse momento passavam a valorizar o sofrimento que tiveram por eles e nesse momento eles ouviam mais calados até retomarem os relatos das suas próprias experiências. É a família vitimada pelo cárcere que cobra essa vitimização ao sujeito.

Esses homens saem das prisões devedores da solidariedade de suas mães e companheiras. Essa dívida, em muitos casos, era fator preponderante nas possibilidades emancipatórias dos sujeitos. Pagar a dívida significava não voltar a errar. Em outros casos, a dívida se transformava em cobranças e as mulheres passavam a ser vistas como algozes e perigosas diante do que eles consideravam que teriam aprendido com a experiência prisional indireta. A ida às casas das famílias também permitia a observação sobre a inserção dos sujeitos nos seus locais de moradia.

## SEGREDOS, ESTIGMA E VALIDAÇÕES

A chegada do pesquisador no meio social de vida dos entrevistados é delicada. Deve-se partir da consideração que nesses locais já estão estabelecidos diversos tipos de vínculos e na falta de informação sobre estes, o pesquisador deve partir da discrição. O pesquisador é também um agente da manutenção dos segredos do entrevistado no seu meio. Em muitos casos o pesquisador era advertido anteriormente pelo ex-presos a ser visitado de que fosse discreto e, se abordado pela vizinhança, que nada dissesse sobre sua situação. No entanto, em alguns

casos, a própria vizinhança, quando perguntada sobre uma referência de endereço, já respondia, “na casa de... que saiu da cadeia?” O segredo vazado aparecia como um aspecto a ser analisado, assim como as estigmatizações sofridas no seu meio social mais próximo. Tanto o segredo descoberto quanto à estigmatização levavam muitos a certo recolhimento.

Após as entrevistas e os acompanhamentos individuais o pesquisador pode ter a necessidade de validação de alguns dados ou mesmo de ampliar as fontes de pesquisas. Nesse sentido a pesquisa *Do Cárcere a Rua* usou também como fontes os processos criminais de cada entrevistado, obtidos nas Varas de Execução Penal. As narrativas foram cruzadas com dados do processo, visando corrigir distorções, considerando que:

“(...) o problema da subjetividade e das fontes (...) até as mais subjetivas das fontes, tais como uma história de vida individual, podem sofrer uma crítica, por cruzamentos de informações obtidas a partir de fontes diferentes.” (POLLAK, 1992, p. 9).

O que interessava nos processos era comparar alguns dados obtidos nas entrevistas e adicionar outros como os laudos de avaliação social e psicológico que embasaram a saída. Nesse sentido mais um auxiliar de pesquisa, Francisco, também recém-saído do sistema penitenciário e estudante de Direito, levantou e classificou os processos por tempo de reclusão. As fontes documentais precisam ser reconhecidas antes do uso e identificadas as partes a serem utilizadas. O cruzamento entre entrevistas e os processos, indicou um aspecto recorrente: as descrições sobre os crimes praticados eram muito semelhantes ao relatado nas entrevistas, com exceção quando o crime praticado acarretava a morte de alguém. A morte de terceiros não era mencionada nas entrevistas. Uma questão relevante do ponto de vista do estudo da memória é a memória silenciada, o não dito. Outro aspecto silenciado era o sofrimento de algum suplício físico. Um dos aspectos do regime disciplinar das prisões brasileiras está não só diretamente articulado ao ato de punir a mente, como também de atribuir arbitrariamente ao corpo uma punição através das torturas<sup>4</sup>. Ao longo dos relatos observei que esse aspecto não era mencionado. Para muitos, a submissão parecia ser pior do que o suplício físico. Essa submissão era retratada com o fato de terem que tratar com respeito os policiais e os agentes penitenciários, ao terem que olhar para baixo diante de funcionários e até de outros presos mais poderosos, ao não poderem tomar decisões e expressar opiniões.

Após o acompanhamento sistemático desses homens por dois períodos, o primeiro de três anos, entre 2002 e 2005 em São Paulo e mais dois anos, entre 2007 a 2009, em Salvador, foram necessários dois relativos períodos de afastamento

para o tratamento e para a análise das informações obtidas, um deles durante o ano de 2006 para tratar dos dados de São Paulo e outro no ano de 2010 para tratar da realidade baiana e da comparação com a paulista. Esse afastamento, entretanto, não se caracterizava como ruptura com o campo, mas um distanciamento necessário ao trabalho de análise.

#### DEPOIS DA COLETA, A ANÁLISE.

No texto “Uma nova luz sobre a antropologia”, GEERTZ (2001) discute dois momentos do trabalho de pesquisa: o momento do campo propriamente dito e o momento do retorno do campo de pesquisa. Para a pesquisa antropológica o método, os instrumentos que organizam o campo, assim como o tempo vivido no campo singularizam a pesquisa. Portanto, é no modo como o pesquisador trabalha que reside a especificidade antropológica. Após o campo, a solidão do pesquisador situa-se sobre a interpretação do que ele viu, sentiu, observou, enfim sobre o que traz do campo como realidade. A angústia reside no fato de que a realidade vista, talvez já não seja a mesma, ou o que foi visto pode ser apenas aquilo que foi permitido ver.

Após o campo, todo material recolhido deve ser analisado, classificado, categorizado, e interpretado. Entretanto, ainda no campo, o pesquisador precisa saber como motivará o início das narrativas sob pena de atribuir um tom as mesmas que dificilmente conseguirá superar no momento da análise. Os sujeitos iniciavam as narrativas a partir da fala sobre necessidades imediatas após a saída da prisão. O pesquisador percebeu a tempo o quanto seria improdutivo indagar sobre a saída da prisão, inicialmente, sob pena de ter uma regularidade de relatos sobre necessidades básicas como: emprego, vale-transporte, cesta básica, retirada de documentos, entre outras variáveis importantes para o estudo, mas que não esgotavam seu objetivo. Os relatos mais densos sobre a vida do sujeito e sobre a significação da prisão no seu trajeto de vida após a saída, nasciam da frase: “o que aconteceu com a sua vida?” Era durante esses relatos em que historiavam uma trajetória, que o pesquisador incluía o roteiro das entrevistas, previamente elaborado, sobre aspectos relacionados à saída da prisão, o que enriqueceu o processo de análise posterior.

Para analisar via os recursos metodológicos dos estudos da memória é necessário analisar os estilos das narrativas. Nessa pesquisa ou eram factuais, ou cronológicos, ou seja, ou se prendiam a fatos da vida na prisão e depois dela, ou numa cronologia, apresentavam sua trajetória desde a prisão até ali, o momento da narrativa. Poucas vezes os sujeitos narravam suas vidas de maneira temática, sendo essa classificação feita posteriormente pelo pesquisador. Esses estilos narrativos podem ser considerados em relação com as características de escolarização dos

narradores. “Todo relato mistura três estilos (...) o predomínio do estilo cronológico estava correlacionado com (...) um grau mínimo de escolarização (...) o temático correspondia a um elevadíssimo grau de escolarização (...) o factual (...) correspondia a um grau educacional baixíssimo. (...)” (POLLAK, 1992, p.13).

Deve-se considerar, também, ao se trabalhar com a memória como recurso metodológico que “(...) contar a própria vida nada tem de natural, se você estiver numa situação de justificação ou de construção de você próprio. (...)” (POLLAK, 1992, p.13). Os ex-presos apresentavam modos de narrar que os singularizavam a partir da maneira como rompiam a aparente simplicidade entre tempo e espaço, nas suas memórias. Isso permitiu que o pesquisador os agregasse em grupos, com bases em suas vozes: o primeiro caracterizado pela interioridade das narrativas, o segundo, marcado por uma linguagem mais referencial, pontuada pelo discurso direto e o terceiro pela junção das duas vozes citadas. Assim tinha-se a voz caracterizada pela ânsia subjetiva da confissão, do depoimento. Outra voz era embasada em um esforço de objetividade e imparcialidade, ou da fusão das duas anteriores. A segunda era a mais comum e tinha como afã a necessidade de ser ouvido como um sobrevivente, uma testemunha viva do horror vivido na prisão. Negociavam as suas narrativas, como sobreviventes e não como bandidos ou delinqüentes. A vida se dividia entre o antes e o depois da prisão que permanecia no sujeito como marca, independente da data real em que a vivência se deu.

Além dos acontecimentos e dos personagens, POLLAK (1992) cita os lugares como o terceiro elemento constitutivo para a análise amparada nos estudos da memória. Nesse sentido, a prisão assume caráter preponderante na constituição da memória dos sujeitos entrevistados. É a prisão, como lugar físico e simbólico que ocupa espaço importante e comum na memória desses sujeitos, criando, a partir dessa referência, um sentimento de pertencimento a um grupo, por pior que seja a consideração que se faça dele. Os acontecimentos, os personagens e os lugares são narrados a partir de memórias fundadas em fatos concretos, e da projeção de outros eventos e personagens que tangenciaram a vida dos sujeitos.

É importante, também, para a análise das narrativas, observar o uso de pronomes pessoais usados para falar de si: “(...) é possível falar de si em termos de “eu”, em termos de “tu” ou de “você”, em termos de “ele” ou de “ela”. Pode-se também falar de si usando termos coletivos, tais como o “nós”, “vocês”, “eles”, mas, o mais importante nesse caso é “se” impessoal ou “a gente”.” (POLLAK, 1992, p.14) Os entrevistados oscilavam no uso, ora do “eu” ora do “eles”. O “eu” era usado sempre quando se referiam as suas análises e sentimentos, já o “eles” quando se referiam ao espaço prisional, aos presos, aos agentes etc. O uso do “ele” acusava certa necessidade de estabelecer um distanciamento. A prisão era o espaço do outro, o “de lá”, assim era comum ouvir: “o preso é complicado”; “eles são terríveis”, para falar de um grupo do qual ele próprio fazia parte; “os caras ficam amontoados”;

“lá é um inferno”, falas que constituíam a prisão como o espaço distante, embora simbolicamente presente. Os relatos expressos na primeira pessoa do singular, indicam segurança do eu e da identidade com a experiência do domínio da realidade, mas também podem expressar um destino incontornável: falas como “sou um cara sangue frio”; “não é porque sou bandido que tenho que ser tratado daquele jeito”, “agora sou evangélico, sou trabalhador”, são alguns exemplos. “O predomínio de determinados pronomes pessoais no conjunto de um relato de vida representa uma medida ou um indicador do grau de segurança interna da pessoa.” (POLLAK, 1992, p.15) Os ex-presos, ao retornarem aos seus vínculos fora da prisão, ressaltam o “eu” ou o agente quando consideram a família no seu processo de emancipação, embora relatem a prisão e os companheiros de lá como “eles”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de pesquisa com homens recém saídos da prisão revelou o entendimento de que os ex-presos do sistema penitenciário podem ser entendidos como um grupo unicompartmental, com um tipo específico de diversidade. Também revelou que tal diversidade estruturava-se na compreensão do *ethos* do grupo pesquisado, o que conferia ao grupo a sua singularidade e o entendimento sobre a sua dimensão simbólica e objetiva. Essa compreensão dada pelo campo caracterizou a natureza do grupo investigado, distinguindo-o de outros a partir de uma singularização psicossocial, político-histórica da formação do grupo, a partir da consideração do aprisionamento penal.

Importante salientar que um fator primordial na análise das possibilidades emancipatórias desses sujeitos diz respeito à forma como esses homens se percebem e percebem as heranças que trazem do cárcere. Alguns, mesmo após o cárcere, estabelecem seus vínculos a partir dele, reforçando o que trazem de singular da experiência carcerária: o chamar um ao outro de ladrão, por exemplo, como forma de tratamento comum, o uso das gírias do cárcere e de alguns princípios do código de ética carcerário. Vivem na fronteira da coexistência entre dois papéis, o de preso e de homem livre, mas com sua liberdade mediada pelas heranças dos hábitos, dos costumes e dos traumas da experiência prisional ou pelo aspecto negativo e estigmatizante que tal experiência representa para a sociedade em geral. Assumir, *a priori*, a complexidade da condição dos sujeitos pesquisados é fundamental para garantir atenção a todas as etapas do processo de pesquisa, evitando grandes e incontornáveis surpresas, ainda que o campo da pesquisa etnográfica seja sempre surpreendente.

Ainda do ponto de vista metodológico, as análises das narrativas permitiram perceber que esses sujeitos narravam as suas vidas partindo da saída da prisão, porém falando de toda sua trajetória imbricada com o cárcere. Em muitos momentos

falavam como se tivessem falando com eles mesmos, refletiam no momento em que narravam, criando um processo dinâmico de interpretação sobre a própria vida, tangenciada pela prisão. Ao narrarem se transformavam em autores das suas próprias histórias e por isso suas narrativas se mostravam recheadas das suas próprias compreensões sobre a experiência vivida. O mais importante em dar voz a esses sujeitos nesse estudo foi o fato de se ater às suas reflexões sobre o processo de saída da prisão, portanto configurar a complexidade da questão. As narrativas possibilitavam conhecer a *praxis* das suas vidas. Assim, também nas construções das narrativas havia como um início de libertação de muitas questões. Nesse sentido reflito mais uma vez sobre o engajamento do pesquisador com os sujeitos pesquisados e, portanto, com a questão estudada. O pesquisador, durante a audição das narrativas, era diretamente envolvido nesse processo de reconstrução de trajetórias, naquele momento estimulada pela pesquisa. Assim, essa pesquisa etnográfica atendia a duas finalidades: através da escuta levantava informações úteis para a pesquisa e para o diálogo teórico que essa se propunha realizar e ao mesmo tempo cedia uma escuta livre, engajada politicamente com a questão e por isso capaz de auxiliar na promoção de uma forma de emancipação para esses sujeitos, através do reordenamento das suas trajetórias. Auxiliar esses homens através da cessão da escuta a reordenarem suas trajetórias de vida, foi além do necessário ao processo de pesquisa. Aliou-se à pesquisa uma ação política em prol da causa dos ex-presos e da sua emancipação.

A coerência estabelecida pelas trajetórias de vida a partir da ressignificação do cárcere só era percebida quando as narrativas dos sujeitos entrevistados eram organizadas em uma linha de tempo. Isso era feito durante a própria entrevista, evitando furos e indeterminações. Entretanto, os marcadores de tempo para os sujeitos nem sempre eram cronológicos: a entrada e a saída da prisão organizavam a narrativa. A linha do tempo era, então, utilizada para verificar as lacunas das narrativas, sem a intenção de linearizar as trajetórias.

As dificuldades e os aprendizados do percurso dessa pesquisa deram-se principalmente por serem esses sujeitos homens que nesse momento de suas vidas viviam na fronteira da coexistência entre dois papéis, o de preso e de homem livre, mas com sua liberdade mediada pelas heranças dos hábitos, dos costumes e dos traumas da experiência prisional ou pelo aspecto negativo e estigmatizante que tal experiência representa para a sociedade em geral. São singularidades de pesquisas com grupos que transitam entre duas áreas de sociabilidade, com grupos que viveram a institucionalização total, com grupos que viveram traumas e que expressam, a partir da memória, a ressignificação das suas experiências.

As pesquisas sobre prisões brasileiras realizadas nos anos setenta e oitenta fixavam-se na instituição, com raras e positivas exceções. Nos anos noventa algumas pesquisas já trazem elementos da saída da prisão com base em análises sobre

exclusão social e preconceito. Ainda são necessários outros estudos que tratem dos impactos do encarceramento na reconstrução das vidas dos sujeitos que saem das prisões.

## NOTAS

<sup>1</sup> professor adjunto do instituto de humanidades, artes e ciências da universidade federal da bahia.

titulação do autor: doutor em ciências sociais (antropologia) pela pontifícia universidade católica de são paulo – puc/sp endereço eletrônico: [miltonjuliofilho@gmail.com](mailto:miltonjuliofilho@gmail.com) ou [miltonjulio@uol.com.br](mailto:miltonjulio@uol.com.br)

<sup>2</sup> A escolha de homens e não de mulheres deu-se por dois motivos, sendo o primeiro: os homens compõem a maioria do conjunto de presos do sistema penitenciário brasileiro e paulista, chegando a mais de noventa por cento dos presos em penitenciárias. O segundo motivo é que às mulheres presas, em sua maioria, são levadas ao cárcere por motivos diferentes daqueles que penalizam os homens: participações indiretas nos delitos, quase sempre associados à execução de seus companheiros, o que é comprovado por uma frase emblemática em quase todas nas prisões femininas: “o meu mal foi ter amado o homem errado”. Sendo assim, a prisão feminina articula-se com a criminalidade de uma forma diferente da imposta pelo encarceramento masculino e isso supostamente gera efeitos diferenciados na saída.

<sup>3</sup> PCC – Primeiro Comando da Capital – Facção existente nas prisões paulistas.

<sup>4</sup> Relatório da Anistia Internacional, em cinco anos, acusa o Brasil de práticas de tortura no cárcere.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ADORNO**, Sergio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. Revista de sociologia, USP, São Paulo, nº 3, vol. 1-2, 1991.

**ALENCAR**, Sandra Luzia de Souza. *Tempos de prisão: seus efeitos na subjetividade*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

**ALMEIDA**, Juracy Aramando Mariano de. *Identidade e contexto social: projetos, armadilhas e emancipação*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

**AMADO**, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Organizadoras). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

**BECKER**, Howard S. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. Los Extraños: Sociología de la desviación. Editorial Tiempo contemporáneo, 1971.

**BENJAMIN**, Walter. Imagens do Pensamento. In: Obras Escolhidas II-Rua de Mão Única, São Paulo, Brasiliense, 1996.

**BERGER**, Peter L. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento por Peter L. Berger e Thomas Luckmann*. Petrópolis: Vozes, 1999.

**BOSI**, Alfredo. O tempo e os tempos. In: *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

**BOSI**, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória*. São Paulo, Ateliê, 2003.

\_\_\_\_\_. *Memória e Sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

**BRESCIANI**, Stella e NAXARA, Márcia (Organizadoras). *Memória e(res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

**CALDEIRA**, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

**CÂMARA**, Heleusa Figueira. *Alem dos muros e das grades (discursos prisionais)*. São Paulo: EDUC, 2001.

**CARDOSO**, Ruth C. L. (Organizadora). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

**CIAMPA**, Antonio da Costa. *A estória do Severino e a História da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

**DUBAR**, Claude. *A Socialização*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

**FOUCAULT**, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XX, apresentado por Michael Foucault*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. – Petrópolis, Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense, 1987.

\_\_\_\_\_. *La impossible prisión*: Barcelona, editorial anagrama, 1982.

\_\_\_\_\_. *O cuidado de si*. In: *História da sexualidade*, vol. 3. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *La vida de los hombres infames: ensayos sobre desviación y dominación*. Buenos Ayres, Editorial Altamira Nordam comunidade, 1993.

**GEERTZ**, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1989.

\_\_\_\_\_. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

- \_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
- GOFFMAN**, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- HALBWACHS**, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2004.
- LEVINAS**, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*, Petrópolis, Vozes, 1997.
- MUNNÉ**, Frederic. *Constructivismo, Construccionismo y Complejidad*. São Paulo, Psicologia e Sociedade, 1998.
- POLLACK**, Michael. *Memória e identidade social*. IN: *Estudos Históricos*, v.5, n.10, p 200-212. Rio de Janeiro, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: *Estudos históricos*, v.2, n.3, p 3-15, 1989.
- PROUST**, Marcel. *O tempo redescoberto*. São Paulo: Globo, 2001.
- SÁ**, Geraldo Ribeiro de. *O prisioneiro: um processo de qualificação e requalificação*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.
- SALEM**, Tânia. *O Velho e o Novo*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- SALLA**, Fernando. *As prisões em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.
- SYDOW**, Evanize e **MENDONÇA**, Maria Luisa (Organização). *Direitos Humanos no Brasil 2002: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em parceria com Global Exchange*. – São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 2002.
- THOMSON**, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro, Forense, 2002.
- TURNER**, V. *O processo ritual*, 1974
- VELHO**, Gilberto (Organizador). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 7 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- ZALUAR**, Alba. *Prisão, Trabalho e Cidadania: o censo penitenciário*, IN: **ZALUAR**, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Revan, UFRJ, 1994.